



VELCROS EMARANHADOS: A CONEXÃO ENTRE LÉSBICAS BAIANAS E O GRUPO DE AÇÃO LÉSBICA-FEMINISTA ATRAVÉS DOS BOLETINS CHANACOMCHANA NA DÉCADA DE 1980

Eixo Temático 05 – Corpo lésbico sapatão: por uma política de vida?!

Nathália Pereira Martins¹

RESUMO

O presente artigo foi produzido a partir do trabalho de conclusão de curso, o qual buscou analisar criticamente a atuação do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (1979-1989) e a conexão com as lésbicas da Bahia, a partir dos 12 volumes do boletim *ChanacomChana* nos anos 1980, durante a redemocratização. A partir das fontes impressas e oral, o cruzamento de informações e o uso dos métodos Sapatão e Onomástico, foi possível compreender como as lésbicas baianas, organizadas politicamente ou não, participaram das discussões, contribuíram com o boletim e interagiram com o GALF. Nesse contexto, a pesquisa evidencia a invisibilidade lésbica na historiografia fora do eixo RJ-SP e propõe ampliar a História Social da lesbianidade, questionando o contrato heterossexual e propondo lesbianizar a ciência.

Palavras-chave: *Continuum* lésbico; Movimento Lésbico; Movimento Homossexual; Imprensa alternativa lésbica.

O INÍCIO DOS RASTROS MOLHADOS...

A pesquisa teve como intuito analisar criticamente a atuação do Grupo de Ação Lésbica-Feminista e o vínculo com as lésbicas da Bahia, especialmente de Salvador, assinantes ou grupos lésbicos, como o Grupo Libertário Homossexual, além de interações com outros grupos homossexuais, como o Grupo Gay da Bahia, a partir dos 12 números do boletim *ChanacomChana* durante a década de 1980. Dessa forma, o trabalho buscou compreender as tecituras de lésbicas em uma rede de informação, interação e conflitos no contexto sociopolítico e cultural do Brasil de redemocratização.

Segundo Gimeno (2005, p. 1), muitas foram consideradas “desleais à civilização” patriarcal pela renúncia da ideia única do ser mulher, pois passaram a lutar por autonomia e

¹ Graduada pelo Curso de Licenciatura em História no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XVIII – Eunápolis, nathaliapmartins@outlook.com.



resistir a submissão, sendo consideradas lésbicas, rebeldes, criminosas, bruxas e foram punidas pelas transgressões. O ser lésbica/sapatão é estar em um local demarcado, Gimeno (2005, p. 1) destaca que é “ um lugar de onde se parte e ao qual se chega, um espaço em que se situa o corpo material, mas também um espaço simbólico e social, um espaço com enormes potencialidades para as mulheres e, ao mesmo tempo, um espaço de castigo”.

Ao questionar que são as lésbicas, não há uma definição universal que defina a identidade lésbica, mas o sofrimento histórico e a luta pela superação se mostram como um elo de união e visibilidade (Gimeno, 2005, p. 1). Nesse contexto, a identidade lésbica-sapatão não deve ser analisada fora do cruzamento com as relações de poder entre homens e mulheres, como afirma Gimeno (2005, p. 4), quem se beneficia e quem é a vítima no contrato institucional da heterossexualidade, nos aspectos políticos, sociais e econômicos.

Ao questionar onde estão os corpos semelhantes ao meu ao longo da história, reparei que “da existência lésbica apenas existem rastros” (Gimeno, 2005, p. 3), os quais muitos foram apagados. São esses rastros históricos que procurei seguir, principalmente quando Navarro-Swain (2004, p. 13) questiona “[...] onde se escondem as lésbicas, em que nichos de obscuridade e silêncio se pode encontrá-las? Se a História não fala de relações físicas e emocionais entre as mulheres é porque não existiram?”, evidenciando que o silenciamento não se configura como uma ausência, mas como intencionalidade patriarcal. Além disso, Silva (2016, p. 104) destaca que as lésbicas-sapatão políticas não estão presas à feminilidade ou à masculinidade, mas em múltiplas identidades e vivências nos percebemos enquanto corpos biopolíticos, de existência e resistência. “Nosso corpo lésbica política é coletivo, constituído por um conjunto de discursos e práticas que circunscreve e nomeia o ser lésbica política, declarando um jeito de ser, de se organizar e viver lésbica” (Silva, 2016, p. 104).

A motivação da pesquisa foi a percepção do silenciamento do movimento lésbico na história brasileira e o contexto por trás do dia em comemoração ao dia nacional do orgulho lésbico. Bem como a dimensão da rede de interação entre lésbicas e pensar para além do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, surgindo a inquietação para analisar em uma perspectiva local. Onde estão essas lésbicas baianas no período de redemocratização?

Embora a década de 1980 seja marcada por uma maior abertura política e não tenha a mesma estrutura da ditadura, Reis Filho (2014, p. 7) destaca que o autoritarismo ainda permanecia profundamente presente nas relações sociais. Muitos grupos continuavam sem



acesso aos direitos como cidadãos, enquanto altos índices de violência policial e social persistiam no cotidiano, acompanhados por profundas desigualdades sociais na educação, economia e legislação, questões essas ainda presentes, indicando que a democratização continua em processo.

Em questão de pesquisas historiográficas, Bernardes (2020, p. 8) observa um aumento significativo na produção voltada à análise da Ditadura Civil-Militar, principalmente sobre a Lei da Anistia entre 1979 e os anos 2000, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais em sua maioria em comparação às pesquisas regionais. O desequilíbrio reforça a ideia de que a ditadura, a repressão e os comitês de anistia foram restritos ao Sudeste, contribuindo para a escassez de estudos históricos em outras regiões e promovendo o silenciamento local, como na Bahia.

A disputa de memórias e os discursos contra a narrativa oficial dos militares foram impulsionados com criação do Grupo Tortura Nunca Mais - BA em 1995, da Comissão Estadual da Verdade² - Bahia em 2012 e da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA em 2013. Como destaca Duccini (2017, p. 168), ao trazer à tona as memórias silenciadas e marginalizadas, houve uma maior visibilidade e incentivo às políticas públicas, principalmente com o aumento do uso de fonte oral. Consequentemente, houve também um estímulo a produção de pesquisas, a organização de acervos, debates, seminários e estudos interdisciplinares, com reflexões críticas e análises cada vez mais aprofundadas em relação à repressão e resistência na Bahia. Nesse contexto, ainda vale salientar a invisibilidade do movimento lésbico baiano, diferente do movimento homossexual representado pelo GGB.

TECENDO FIOS DE ARIADNE EM LABIRINTO SAPATÃO

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa-quantitativa com a análise dos 12 números do boletim *ChanacomChana*, publicados entre 1982 e 1987, com o levantamento, catalogação e análise dos conteúdos. Nesse contexto, foi possível perceber que o boletim apenas não seria suficiente para traçar a conexão com outras lésbicas baianas, como o próprio GLH, sendo necessário recorrer à fonte oral.

² A partir da lei nº 12.528, de novembro de 2011, a Comissão Nacional da Verdade foi criada com o objetivo de investigar e processar as memórias para reparar as violências, crimes e outras suspensões de direitos individuais, da democracia e da institucionalidade constitucional durante a Ditadura Civil Empresarial Militar, impulsionando também a criação de comissões estaduais e municipais (Brasil, 2011).



Assim, foi realizada uma entrevista com Maria de Lourdes Almeida Motta (conhecida como Lourdinha), ex-integrante do GLH, professora aposentada que lecionou no colegiado de Letras na Universidade do Estado da Bahia, *campus* V – Santo Antônio de Jesus. A partir dos princípios da história oral de Alberti (2005, p. 29), sendo apenas um veículo para o conhecimento e não o fim por si. A escuta da memória permitiu reconstruir vínculos e complexidades que os documentos não contemplaram, o processo da pesquisa requer o cruzamento de fontes e informações. “Se o emprego da história oral significa voltar a atenção para as versões dos entrevistados, isso não quer dizer que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido” (Alberti, 2005, p. 30).

A análise lésbico-feminista de Joyce Trebilcot (1988) orienta toda a pesquisa ao propor uma perspectiva baseada na autonomia, na escuta e na recusa de verdades “universais”. A partir de três princípios, nos quais Trebilcot defende que fala por si mesma, ao manifestar sua própria visão de mundo e tendo a sensibilidade de reconhecer as experiências plurais; sem impor, mas abrindo espaço para discussão para que as conclusões sejam autônomas e possam transformar a realidade; bem como a rejeição de um determinismo, pois as realidades podem ser exploradas nesse processo de descoberta. Quando Trebilcot afirma: “Preciso reescrever para mim mesma o mundo inteiro que o patriarcado me apresentou” (Trebilcot, 1988, p. 5), sinto que reescrevo o mundo a partir dos meus olhos e consciência do ser sapatão e escrevendo sobre outros corpos lésbicos-sapatão.

A partir de uma epistemologia contra hegemônica para a produção de pesquisa sapatão seguindo fragmentos, a pesquisa procurou se apoiar no pensamento lésbico que, como afirmam Silva e Araújo (2021, p 10), contesta o silêncio da existência lésbica nas produções e difusão de conhecimento em espaços educacionais formais, uma forma de combate à política do esquecimento. “Nessa perspectiva, o pensamento lésbico é elemento estruturante das políticas de informação para o enfrentamento e superação da lesbofobia produzida pelo pensamento hetero” (Silva; Araújo, 2021, p. 10). Dessa forma, dos emaranhados de conexões e indícios, esse movimento em forma de pesquisa propõe lesbianizar e desafiar a ciência heterocentrada.

ENTRE CAMINHOS TEÓRICOS



A construção da pesquisa baseou-se nas andanças entre caminhos teóricos das narrativas que combatem a política do esquecimento, a qual aniquila tudo que transgide valores e convicções dominantes, como essas movimentações de corpos dissidentes. Nesses rastros, Navarro-Swain (2004, p. 24), afirma que “Mesmo na atualidade, quando é inegável a existência de grupos e movimentos lésbicos, a divulgação na mídia é mínima e permanece um halo de silêncio e mistério em torno de suas práticas, ações e reivindicações”.

A presença de Adrienne Rich (2010) e Cheryl Clarke (1988) colaboram para uma análise de reafirmação da existência lésbica e a descolonização desses corpos ao recusar a heterossexualidade compulsória e a submissão ao sistema falocrático. Em entrelaços, Wittig (2022; 2014) e Pateman (1993) discorrem acerca do contrato heterossexual baseada no poder da dominação e controle dos corpos, enquanto Engels (1984) aborda sobre a origem da família monogâmica enquanto instrumento de escravização.

Para uma construção e maior entendimento da relação entre o Movimento Homossexual, o Movimento Feminista e o Movimento Lésbico, as narrativas de Trevisan (2000); Fry e MacRae (1985) e Lessa (2007) foram costuradas, percebendo de forma crítica a busca de um *locus* lésbico devido ao sentimento de não pertencimento, a contextualização da história do GALF e da produção dos boletins *ChanacomChana* enquanto uma imprensa alternativa lésbica e espaço de acolhimento. Em continuidade, Zuleide P. Silva (2016) tece uma história acerca de um Movimento Lésbico na Bahia e as movimentações de Lourdinha no GLH. Além da ginga essencial de Zuleide P. Silva (2016; 2021) e Rosângela Araújo (2021) que busca lesbianizar a ciência e confrontar a política do esquecimento.

ALGUNS MOVIMENTOS NESSES RASTROS

Em discussões e percepção da movimentação desses rastros de conexão entre lésbicas, sem a restrição de ações militantes formalizadas, ao longo da década de 1980, é perceptível a existência de uma rede de sociabilidade, afetividade e partilha muito mais complexa e plural, compreendendo a construção de *continuum* lésbico. A socialização entre o GALF e as leitoras baianas ou outros movimentos homossexuais e lésbicos baianos, com ênfase no GGB e no GLH, eram expressas na troca de cartas, envio de textos, nas assinaturas de boletins e afetos. A coexistência e interação entre sujeitos ativos historicamente reforçam a riqueza desses emaranhados, os quais se tornam mais multifacetados com as experiências regionais na luta e



discussão por visibilidade para a construção de uma memória coletiva além das lacunas historiográficas.

Com base na catalogação dos 12 números do boletim, foi possível encontrar sete remetentes baianas, sendo cinco de Salvador (Cláudia, Lúcia Marques, Mara, Perpétua e Tânia Martins), uma de Santo Antônio de Jesus (Neuza Maria Alves) e uma de Feira de Santana (Edneide Maciel Carneiro). As ocorrências começam apenas a partir do nono número (1985/1986) e todas aparecem na seção “Troca-cartas”, na qual se colocam disponíveis para entrar em contato com outras lésbicas, seja para namoro ou amizade. A partir do décimo número, aparecem as descrições das anunciantes, seja em relação a aparência física, intencionalidade, gostos, profissão, escolaridade e com quem deseja interagir. Ademais, a partir do cruzamento das fontes e da aplicação do método onomástico, foi possível levantar a hipótese da participação de Cláudia na seção “Poesia”, contribuindo de forma ativa na produção e circulação de afetos lésbicos no boletim.

Outra questão levantada foi o protagonismo de Salvador enquanto polo de articulação política de movimentos sociais, principalmente homossexual, feminista e estudantil. A capital baiana possuía condições mais favoráveis para acessar e se inserir nessas redes de informação, afeto, conexão e articulação política, o que explica a centralidade na participação das leitoras baianas no ChanacomChana, bem como dos grupos homossexuais. É possível pensar que com a presença de grupos como o GGB, o qual estava na frente de atuação na luta pela despatologização da homossexualidade desde 1982, e o GLH pode ter fortalecido esse ambiente político e afetivo, bem como conexões diretas com outros grupos, como o GALF, colaborando para o crescimento de um emaranhado lésbico mais amplo.

As interações do GALF com outros grupos baianos, como o GGB e o GLH, evidenciam uma partilha de ideias e estratégias de enfrentamento da homofobia, principalmente a partir do fortalecimento de uns aos outros a partir da divulgação mútua, na luta pela despatologização da homossexualidade e ações voltadas à inserção do tema na legislação e outras formas de combate à discriminação. Grupos como Adé-Dudu e Comunidade Fratriarcal aparecem nos boletins, apesar de não haver o mesmo nível de interação, evidenciando a pluralidade de ativismos na década de 1980.

Por fim, cabe ressaltar também a atuação do GLH como marco significativo na militância lésbica na Bahia durante a redemocratização, principalmente por ter um caráter



pedagógico. O grupo representa uma dualidade que entrelaça as pautas feministas e a defesa pela liberdade sexual, desafiando os padrões dominantes, ao mesmo tempo que produzia materiais que politizavam as vivências e existências lésbicas, como o boletim *Amazonas* e outras atividades, além das trocas com outros grupos políticos, participando de eventos em conjunto. É de suma importância enfatizar a existência de um boletim baiano como veículo de informação e acolhimento de lésbicas para lésbicas, o qual pautava questões geopolíticas do período e os atravessamentos dos diferentes corpos lésbicas, colaborando para a construção de uma imprensa alternativa baiana e o próprio Movimento Lésbico na Bahia.

Embora a perda de materiais e exemplares limite o processo de pesquisa, as memórias vivas de Lourdinha e o cruzamento com outras fontes colaboram para a preservação e disseminação dessa memória coletiva que potencializa e evidencia as experiências, demandas e lutas de lésbicas baianas. Essa resistência lésbica tecida em diversas camadas e espaços, além dos limites geográficos, institucionais e simbólicos, desafiam continuamente as narrativas hegemônicas da historiografia e denunciam a urgência de lesbianizar a ciência, reescrevendo essas memórias potentes silenciadas.

ACABAMENTOS FINAIS

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber o papel da imprensa construída por lésbicas para lésbicas e quem se interessar, enquanto um lugar de articulação política e resistência durante a redemocratização. Nos entrelaços de fontes, narrativas, foi possível evidenciar as formas de enfrentamento aos silêncios intencionais acerca da existência de corpos de lésbicas-sapatão em uma sociedade patriarcal heteronormativa, descolonizando corpos e mentes lésbicas. Nesse sentido, o GALF foi essencial na criação de uma imprensa lésbica autônoma, a medida que promoveu visibilidade e luta por direitos, deixando um legado para o Movimento Lésbico no Brasil. Contudo, como estamos escrevendo sobre *continuum* lésbico e essa rede de conexões, a participação de outras foi fundamental para a consolidação e disseminação dessa imprensa e discussões políticas. As trocas entre militantes, assinantes e entrevistadas constituíram esse emaranhado que ultrapassou barreiras geográficas e sociais, no contexto nacional e internacional, como a Bahia nesta análise enquanto recorte.

Embora o GALF seja mais reconhecido, não foi o único a atuar nesse período, o grupo baiano GLH e o boletim autônomo *Amazonas* também tiveram participação no Movimento



Lésbico no Brasil, apesar da pouca duração do grupo, não havendo visibilidade acerca da atuação sociopolítica e pedagógica. Nesse sentido, ainda é importante ressaltar as limitações de acesso a fontes, colaborando para essa lacuna de outras existências lésbicas-sapatão políticas, mas também para reforçar a urgência de novas pesquisas sobre o movimento lésbico além do eixo Rio-São Paulo. A escassez de fontes revela pagamentos históricos, intencionais ou não, mas ainda assim, a contribuição de Lourdinha é essencial para a preservação dessa memória coletiva, sendo também a protagonista da própria história e do movimento lésbico baiano.

Seja um passo ou um salto, a pesquisa é uma contribuição para o fortalecimento da (re)existência lésbica na historiografia e potencialização de vozes e experiências lésbicas-sapatão, inclusive a minha, na medida que as lacunas histórias são preenchidas gradativamente e dessas articulações que transcendem os limites geográficos e são atravessadas por uma pluralidade de subjetividades e complexidades. Que mais memórias nossas sejam resgatadas, reivindicando nossa própria relevância sócio histórica.

Em síntese, adotar uma perspectiva lésbica de análise e o método sapatão para um melhor entendimento da complexidade dos emaranhados de lésbicas-sapatão, potencializando um *continuum* lésbico, é também um ato político. Visto que a história ainda carrega muito conservadorismo e positivismo, apesar das constantes mudanças e o surgimento de outras perspectivas críticas, o pensamento lésbico-sapatão desafia os discursos heteronormativos, sexistas, colonialistas, bem como colabora para o enfrentamento da política de esquecimento na historiografia, lesbianizando a ciência, proporcionando uma produção mais plural e espaço igualitário no campo acadêmico e social.



REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BERNARDES, Brenda Soares. História e Historiografia da Anistia Brasileira de 1979. **XIII Semana de História: Pátria Amada Brasil**, Universidade Federal do Espírito Santo, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/33755>. Acesso em: 26 out. 2023.
- BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 17 jan. 2025.
- CLARKE, Cheryl. Lesbianismo: um ato de resistência. *In*: MORAGA, Cherríe L; ANZALDÚA, Gloria R. **This Bridge Called my Back: writings by radical women of color**. Berkeley: Third Woman Press, 1988. Disponível em: <https://we.riseup.net/sapafem/lesbianismo-um-ato-de-resist%C3%Aancia-cheryl-clarke>. Acesso em: 16 set. 2024.
- DUCCINI, Felipe Moreira Barboza. **A luta pela Anistia na Bahia: do Movimento Feminino pela Anistia ao Comitê Brasileiro pela Anistia (1975 a 1979)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31926/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Duccini%2C%20Felipe%20Moreira%20Barboza.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- ENGELS, Friedrich. A família. *In*: ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. p. 28-91.
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural/Editora brasiliense, 1985.
- GIMENO, Beatriz. Onde estão as lésbicas? O problema da identidade desde o ativismo. *In*: GIMENO, Beatriz. **Historia y análisis político del lesbianismo: la liberación de una generación**. Barcelona, 2005, Editorial Gedisa. p 33-47. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/459403/GIMENO-Beatriz.Donde-estan-las-lesbianas.pdf>. Acesso em: ago. 2024.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.
- LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)**. Universidade de Brasília: Brasília, 2007.



NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é lesbianismo?**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Rio Grande do Norte, v. 4, n. 05, 2012. p. 17-44. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 01 dez. 2022.

SILVA, Zuleide Paiva da. **“Sapatão não é bagunça”**: estudo das organizações lésbicas da Bahia. Tese (Doutorado) Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/24026/1/TESE%20SAPAT%C3%83O%20N%C3%83O%20%C3%89%20BAGUN%C3%87A.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2022.

SILVA, Zuleide Paiva da; ARAÚJO, Rosângela Janja Costa. Pensamento lésbico: uma ginga epistemológica contra-hegemônica. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/82446/47871>. Acesso em: 10 out. 2023.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TREBILCOT, Joyce. Método Sapatão. In: ALLEN, Jeffner. **Filosofias e Culturas Lésbicas**. Tradução: raposa. [s. l.]: Herética, 1988. Disponível em: <https://we.riseup.net/radferm/m%C3%A9todos-sapat%C3%A3o-joyce-trebilcot+394638>. Acesso em: 09 jul. 2022.

WITTIG, Monique. O pensamento hétero. In: WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual**. 1 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2022. p. 55-67.

WITTIG, Monique. A categoria do sexo (1982). In: WITTIG, Monique. **A categoria de sexo + outros ensaios**. [s. l.]: Heretika Difusão Feminista, 2014. p. 5-23. Disponível em: <https://apoiamutua.milharal.org/files/2014/01/a-categoria-de-sexo-leitura.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.